

Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula

André pede um expresso médio. “Puro, por favor.”*

Quando o garçom vai embora, ele continua a conversa, apertando os olhos castanhos sob as sobrancelhas grossas. Filósofos como Schopenhauer, Maquiavel e Gramsci são citados para embasar seus argumentos.

[\(BBC News Brasil, 05/11/2018 – acesse no site de origem\)](#)

“Schopenhauer diz que, quando uma pessoa te ofende, é porque ela não sabe te rebater. Ela quer desqualificar seu argumento desqualificando você”, ele explica, dando um gole no café.

O assunto é [Escola Sem Partido](#). André é um apoiador do movimento contra a “doutrinação ideológica”. Segundo o grupo, cujas ideias estão entre as propostas do presidente eleito [Jair Bolsonaro](#) (PSL) para a Educação, professores se aproveitariam da “audiência cativa” dos estudantes para aliciá-los para uma corrente ideológica – quase sempre de esquerda.

Os mesmos princípios estão em um projeto de lei que deve ser votado nesta semana em comissão especial da Câmara. A proposta estabelece que toda sala de aula deverá ter um cartaz especificando os deveres dos docentes, como “não cooptar os alunos para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária”.

“Enfim”, André dá de ombros, balançando os fones de ouvido ao redor do pescoço. “Quando você debate com professores, eles usam as táticas que Schopenhauer explica, apelam para a plateia. Ele não quer te dirigir à verdade. O objetivo é convencer a sala de que você é um aluno arrogante.”

André está no Ensino Médio. Ele tem 16 anos.

Independentemente da aprovação do texto no Congresso, André discute os conceitos do Escola Sem Partido como se eles estivessem valendo. E, de certa forma, eles estão.

Na semana passada, Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual eleita pelo PSL em Santa Catarina, postou em suas redes sociais uma mensagem incentivando estudantes a gravarem seus professores na segunda pós-eleição e denunciá-los caso suas “manifestações político-partidárias ou ideológicas” ofendessem “sua liberdade de crença e consciência”.

Na postagem, ela escreveu que “muitos professores doutrinadores” estariam “inconformados e revoltados” com a vitória de Bolsonaro. Na quinta-feira, o juiz Giuliano Ziembowicz, da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis, determinou “a retirada imediata” dessas mensagens das redes da deputada.

Ao longo de um mês, professores, alunos e pais relataram à BBC News Brasil que ações como a sugerida por Campagnolo já acontecem nas salas de aula. Não são sempre casos conhecidos,

mas transformações sutis e amplas – brigas, palavras silenciadas, conteúdo suprimido -, que alteram a dinâmica de ensino.

Nesta reportagem, André e outros atores que vivem essas transformações contam como o Escola Sem Partido já é um programa em movimento em colégios do país.

Há alguns meses, em uma turma do oitavo ano, o professor de história Rafael caminhava por entre as carteiras para checar que tipo de soluções os alunos estavam propondo para o país. Era essa a atividade do dia em uma das escolas privadas em que trabalha. Ele perguntou a uma adolescente qual era sua sugestão. “Matar todos os comunistas”, ela teria respondido.

“Perguntei o que são comunistas, mas ela não sabia, eram os pais que falavam isso. Tinha certeza que, se questionasse algo, seria demitido no dia seguinte. Então não falei nada.”

Os princípios do projeto e do movimento Escola Sem Partido insistem na defesa do direito dos pais sobre o ensino dos filhos, para que eles “recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

O discurso de que professores devem repassar apenas o conteúdo aprovado pelas famílias é recorrente entre os apoiadores do movimento. Outro ponto forte é o de que deve haver espaço igual para visões opostas sobre todos os temas – em teoria, seria possível criticar, mas também necessário listar as vantagens do capitalismo, por exemplo.

Para o professor da faculdade de educação da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Movimento Educação Democrática, Fernando Penna, é visível que essas ideias já chegaram às escolas.

Ele diz estar numa posição privilegiada para atestar o alcance das regras: percorreu 23 Estados brasileiros dando palestras sobre o assunto. Em todos, conta, encontrou professores que, como Rafael, foram pressionados para cumpri-las ou denunciados por não fazê-lo: “é um processo muito difuso”.

A chave para entender o crescimento orgânico do movimento são os projetos de lei que carregam seu nome nas esferas municipais e estaduais. São mais de 150 deles, de acordo com o último levantamento do grupo Professores Contra o Escola Sem Partido, feito em janeiro. E mesmo que apenas 14 tenham sido aprovados em Estados como Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba, a percepção de que o projeto está valendo teria se espalhado entre os pais. Vários deputados e senadores eleitos neste pleito também defendem essa bandeira.

“Recebemos muitas mensagens na página dizendo ‘isso é lei, vocês não podem reclamar’”, diz a professora Fernanda Moura, membro do grupo.

A capilaridade das propostas também seria explicada pela publicação de vídeos, fotos e textos nas redes sociais. A página do Facebook do Escola Sem Partido tem 192 mil curtidas, mas os registros de professores discutindo com seus alunos sobre política, muitas vezes de forma agressiva, são compartilhados incontáveis vezes pela internet.

As mães entrevistadas disseram receber esse tipo de material pelo WhatsApp.

[Leia na íntegra no site da BBC News Brasil](#)

Por Ingrid Fagundez, da BBC News Brasil em São Paulo